

# O que não sabemos

Guilherme Lichand

*Valor, 10.9.2025*

**Aqui na Califórnia, sistema desenvolvido pelo meu colega neurocientista, Jason Yeatman, é uma das ferramentas oficiais para diagnosticar proficiência de leitura e dislexia. O teste, que roda em computador, tablet ou celular, é de leitura silenciosa e auto-aplicado pelos alunos.**

Enquanto cursava a graduação, na primeira turma da Escola de Economia de São Paulo, da FGV, era difícil me livrar da frustração: centenas de anos depois de Adam Smith, como ainda não sabemos o que fazer para eliminar as diferenças entre países ricos e pobres?

Se alcançamos feitos incríveis, de carros autônomos a foguetes que vão e voltam do espaço, a verdade é que não sabemos resolver problemas muito mais simples que eliminar a pobreza do mundo - por exemplo, como garantir que toda criança se torne leitora proficiente até os 10 anos.

Minha colega da Escola de Educação de Stanford, Jo Boaler - uma das maiores especialistas do mundo em ensino de matemática -, costuma qualificar a frustração. Não é que não saibamos, por exemplo, o que os professores deveriam fazer para que toda criança aprenda matemática; bastaria copiar o que fazem os de Singapura ou do Japão. O que nós não sabemos é como garantir que nossos professores façam isso!

Essa distinção não diminui a frustração, mas ajuda a direcioná-la. Muitos dos dilemas que limitam a aplicabilidade das ciências sociais para os problemas que nos afligem não são sobre a ciência em si, mas sobre o mundo fora dos livros e dos artigos - onde a política, as organizações e as pessoas importam.

Segundo a “ciência da implementação”, as falhas podem vir de muitos pontos de fricção entre as “melhores práticas” recomendadas pela ciência e sua implementação no mundo real. Pesquisa de Elizabeth Linos e Stefano Dell’avigna, publicada recentemente no “Journal of Political Economy”, mostra que, mesmo quando políticas sem custos (como nudges em correspondências para lembrar os contribuintes sobre impostos atrasados) são pilotadas com sucesso, em pouquíssimos casos elas são adotadas em escala. O melhor preditor de adoção é a presença de uma liderança pública estável, que já era comprometida com essa agenda antes de qualquer experimento mostrar que ela era promissora.

Se isso parece óbvio, a verdade é que os economistas focam muito mais em impor melhores práticas a gestores públicos do que em, primeiramente, identificar aqueles comprometidos com agendas relevantes para, só então, tentar impulsionar o seu trabalho através de dados e evidências.

Em alguns casos, contudo, não é por falta de liderança que as coisas seguem não acontecendo “apesar” das melhores práticas. Às vezes, o problema é mesmo de informação - que pode estar disponível em frequência mais baixa do que precisaríamos para reagir em tempo hábil, ou simplesmente ser uma bússola que aponta para o lugar errado.

Voltando ao desafio da produção de leitores proficientes até os 10 anos, o que diz a ciência? Especialistas sugerem que o crucial é entender que as habilidades iniciais são heterogêneas. Nos Estados Unidos, cerca de 30% dos estudantes aprendem a ler independente da instrução - por influência da família ou da pré-escola. Outros 20% aprendem a ler com instrução mínima. Os próximos 30% precisam de instrução diferenciada - baseada na chamada “ciência da

leitura”: ancorada no método fônico, de início, para desenvolver consciência fonológica e reconhecimento de palavras, e, depois, incluindo leituras contextualizadas, para desenvolver a leitura eficiente de frases, com fluência e compreensão. Os 20% restantes, tipicamente caracterizados por deficiências ou transtornos de aprendizagem, precisam de apoio especializado - em alguns casos, soluções simples, de óculos a aparelho auditivo, em outros, mais complexas, como no caso da dislexia.

O que é necessário para implementar essas melhores práticas? Para além de lideranças públicas comprometidas, precisamos de informações sobre competência de leitura que 1) estejam disponíveis em tempo real e 2) que meçam o que realmente importa, para que cada professor(a) possa identificar quem precisa de apoio e no quê.

Nesses pontos, contudo, o Brasil segue defasado em relação ao mundo. Nos EUA, avanços recentes têm sido possíveis graças a bússolas mais acuradas e acessíveis em tempo real. Aqui na Califórnia, o Rapid Online Assessment of Reading (ROAR), desenvolvido pelo meu colega neurocientista, Jason Yeatman, é uma das ferramentas oficiais para diagnosticar proficiência de leitura e dislexia. O teste, que roda em computador, tablet ou celular, é de leitura silenciosa e auto-aplicado pelos alunos. Gamificado, consiste em identificar palavras que começam com o mesmo som - para avaliar consciência fonológica -, identificar se palavras que piscam na tela são reais ou inventadas, e avaliar o mais rápido possível se frases são verdadeiras ou falsas; tudo em menos de meia hora. Como não precisa de correção, seus resultados ficam disponíveis em tempo real para a secretaria, para cada escola e para cada professor(a).

Enquanto isso, no Brasil, nossas avaliações tipicamente levam um ano para se tornarem disponíveis, e nunca no nível do aluno. Como diz o excelente secretário de Educação de Joinville, Diego Calegari, o nosso Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) sempre chega tarde demais - é o “atestado de óbito” da nossa Educação.

Mesmo avaliações mais recentes de fluência de leitura aplicadas no Brasil não medem o que realmente importa para informar os professores sobre o que cada aluno realmente precisa para avançar. Número de palavras por minuto, sem medir compreensão, não é proficiência.

O ROAR, em contraste, tem uma métrica interessantíssima que ainda não adotamos por aqui. Meu outro colega neurocientista, Bruce McCandliss, diz que um leitor feliz é aquele que lê e entende na mesma velocidade que escuta: de 3 a 4 palavras por segundo, ou cerca de 30 frases curtas por minuto.

Em pesquisa recente numa amostra representativa do Ensino Básico brasileiro, documentamos que praticamente o estudante lê e entende nessa velocidade ideal até o final do 5 ano. A ferramenta ainda é capaz de dizer quais são os pontos de dificuldade, aluno a aluno, para realmente apoiar o trabalho de cada professor(a).

Para piorar, ainda medimos muito mal a incidência de deficiências entre nossos estudantes. Em amostra representativa nacional, documentamos quase 10% dos alunos com grandes dificuldades visuais, auditivas ou motoras. Numa amostra de alunos do 6º ao 9º ano do Estado de São Paulo, caracterizada por atrasos importantes pós-pandemia, essa taxa chega a quase 40%. Para esses alunos, intervenções pedagógicas, sozinhas, são pouco.

O Brasil está avançando num pilar necessário para que todo estudante aprenda a ler na idade certa: a criação de um consenso nacional sobre essa prioridade, e o engajamento de lideranças públicas em torno dela. Consenso e engajamento, contudo, serão insuficientes se não tivermos dados melhores e mais rápidos para que cada professor(a) tenha ferramentas para, de fato, não deixar nenhum estudante para trás.

**Guilherme Lichand, PhD em Economia Política e Governo pela Universidade Harvard, é professor de Educação da Universidade Stanford.**